



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

26/09/2014 ATÉ 26/09/2014



INDÍCE

1	BLOG AQUILES EMIR	
	1.1 DESEMBARGADOR.....	1
2	BLOG LUÍS CARDOSO	
	2.1 DECISÕES.....	2
3	IMIRANTE.COM	
	3.1 VARA CÍVEL.....	3
4	SITE 180 GRAUS	
	4.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	4 5
	4.2 PROCESSO SELETIVO.....	6
	4.3 PROJETO RECONHECER É AMAR.....	7
5	SITE ADVOGADO NEWS	
	5.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	8
	5.2 COMARCAS.....	9
	5.3 DECISÕES.....	10
	5.4 DESEMBARGADOR.....	11
	5.5 PLANTÃO NO TJMA.....	12
	5.6 PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	13
	5.7 PROJETO RECONHECER É AMAR.....	14
	5.8 VARA CÍVEL.....	15
6	SITE CNJ	
	6.1 JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
7	SITE JORNAL PEQUENO	
	7.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	17 18
8	SITE JUSBRASIL	
	8.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	19 20
	8.2 COMARCAS.....	21
	8.3 DECISÕES.....	22
	8.4 DESEMBARGADOR.....	23
	8.5 PLANTÃO NO TJMA.....	24
	8.6 PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	25
	8.7 PROJETO RECONHECER É AMAR.....	26
	8.8 VARA CÍVEL.....	27
9	SITE O QUARTO PODER	
	9.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	28
10	SITE TV GUARÁ.COM	
	10.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	29
	10.2 PLANTÃO NO TJMA.....	30

Desembargador Lourival Serejo lança obra sobre os novos direitos das famílias

O desembargador Lourival Serejo autografou, na manhã desta sexta-feira (06), na Livraria do Advogado (Fórum de São Luís), o livro “Novos diálogos do Direito da Família”, sua mais recente obra, em que analisa de forma crítica o concubinato, direito dos avós, parentesco socioafetivo, alimentos, investigação de paternidade, refletindo sobre a evolução da sociedade, os sentimentos humanos, a alteridade e a nova face das relações familiares. A publicação traz a íntegra de acórdão lavrado pelo magistrado, em decisão inédita da Justiça do Maranhão, reconhecendo como união estável um relacionamento paralelo ao casamento, com repercussão em todo o país. Na última parte da obra, estão crônicas publicadas pelo autor que refletem as atualidades e o cotidiano a respeito das famílias, em variadas modalidades, e até mesmo no campo literário.

“Além de divulgar o Direito de Família, quero avaliar os desafios que nós, como julgadores, enfrentamos diante das inovações que essa área do direito nos apresenta. É uma resposta aos anseios da sociedade sobre um tema que evolui cada vez mais”, descreveu Serejo, que também é membro da Academia Maranhense de Letras e do (IBDFAM/MA). A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, prestigiou o colega e disse que o livro faz uma compilação de elementos esclarecedores sobre Direito de Família. “É um livro realmente enriquecedor. Nele, doutrina, direito de família concreto e crônicas da família contemporânea se interrelacionam com clareza”, avaliou.

Para o desembargador Cleones Cunha, o sucesso da produção literária de Lourival Serejo é explicado por ser o autor “um homem de família exemplar”. “Dessa harmonia familiar é gerada toda a atividade, tanto judicial, como literária dele”, comparou. Também estavam presentes na manhã de autógrafos, os desembargadores Nelma Sarney (corregedora-geral da Justiça), Kléber Carvalho, além de advogados, assessores e servidores do Judiciário. Lourival Serejo é autor de: “Contribuições ao estudo do Direito”; “Direito Constitucional da Família”; “Provas ilícitas no Direito de Família”; “A família partida ao meio”; “Formação do Juiz: anotações de uma experiência” e “Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional”.

TJ nega pedido de liminar em habeas corpus impetrado por João Castelo

Ex-prefeito de São Luís, João Castelo|

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Raimundo Melo, indeferiu pedido de liminar em habeas corpus impetrado em favor do ex-prefeito de São Luís, João Castelo.

O ex-prefeito responde a ação penal por suposta prática de crime de improbidade administrativa, sob a acusação de ter deixado de efetuar, de forma deliberada, o pagamento dos servidores públicos municipais relativo ao mês de dezembro de 2012.

Castelo requereu a liminar para suspender a decisão do Juízo de 1º grau, que indeferiu pedido de realização de diligências consideradas imprescindíveis para a comprovação da impossibilidade financeira do Município de São Luís em honrar com tais obrigações, bem como suspender o andamento da ação penal até o julgamento do mérito.

Ao indeferir a liminar, o desembargador Raimundo Melo sustentou não ter verificado, a priori, a configuração do constrangimento ilegal alegado pelo ex-prefeito.

O magistrado sustentou que o ato está devidamente fundamentado, não cabendo, em juízo preliminar, a análise aprofundada do pedido, o que deverá ser feito quando do julgamento do mérito.

As informações são do TJMA

Advogados e partes podem solicitar antecipação de audiência

IMPERATRIZ - Um comunicado emitido pelo juiz Ribamar Serra, titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, convoca partes e advogados que tenham processo tramitando na unidade para que se manifestem sobre o interesse em antecipar o julgamento de ações. A medida foi adotada em virtude da unidade encontrar-se com suas atividades judiciais saneadas.

"Informo que a 3ª Vara Cível encontra-se com as atividades jurisdicionais em dias no que diz respeito ao julgamento de processos, o que ensejou convocarmos partes e advogados por meio da subseção da OAB local, para que estes indicassem processos no estado de julgamento", explicou o juiz.

De acordo com informações obtidas na Divisão de Estatística da Corregedoria da Justiça, em 2014 a 3ª Vara Cível ultrapassou a Meta 01 do Judiciário brasileiro, alcançando um índice de 102,1%. Em números, isso reflete um quantitativo de 761 processos julgados frente a uma demanda de 750 novos processos recebidos.

O ofício com a informação foi encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Imperatriz (MA). No documento Ribamar Serra destaca que a medida vale para os processos que se encontram prontos para julgamento de mérito, considerando não haver processos nessas condições na 3ª Vara. Após indicação, os processos seguem para manifestação do juiz, momento em que será agendada a audiência.

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, recebeu bem a notícia e elogiou o trabalho do juiz, assim como de toda magistratura maranhense. "A sociedade espera em nós juízes e o que vemos em todo o Estado é um quadro de magistrados comprometidos em garantir os direitos do cidadão. Não tenho dúvidas que estamos avançando positivamente para garantir a paz social graças aos esforços de nossos juízes", afirmou.

A medida adotada pelo magistrado visa a assegurar o princípio da eficiência na administração pública, assim como concretizar o dispositivo constitucional expresso no Artigo 5º, LXXVIII: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

Denarc cumpre mandado de prisão na Vila Brasil

Investigadores do Departamento de Narcóticos (Denarc) deram cumprimento, nesta quinta-feira (25), a um mandado de prisão de Janilson Costa Froz, o Rato, 39 anos. Ele foi detido em uma via pública, no bairro Vila Brasil, em São Luís.

A ordem judicial foi expedida pelo juiz Itaercio da Silva, da 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís e diz respeito ao crime de tráfico de drogas.

Segundo o titular do Denarc, Cláudio Mendes, no início do ano passado, policiais civis apreenderam um quilo de cocaína, em uma residência ao lado da casa da mãe de Janilson, na Vila Brasil. Na época, o traficante fugiu.

Caminhada na Litorânea encerra Semana de Doação de Órgãos

Uma caminhada marcada para as 16h30 deste sábado marca o encerramento da Semana Nacional de Doação de Órgãos, iniciativa do Ministério da Justiça que no Maranhão contou com a coordenação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). A concentração vai acontecer na Praça do Pescador da Avenida Litorânea (Praia de São Marcos).

A semana contou com uma programação cheia de atividades em avenidas, universidades e shoppings da capital. Assim como a Corregedoria da Justiça, diversas instituições manifestaram apoio às ações. A enfermeira Mara Moreira, da Central de Doação do Maranhão, disse que a ação foi muito positiva e bem recebida pelas pessoas no Estado e espera encerrar com sucesso as atividades da mobilização.

TJMA divulga resultado da prova oral do concurso de juiz substituto

Está disponível no site do Cespe/UnB o resultado final da terceira etapa (prova oral) do concurso para provimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Após esta fase, haverá a avaliação de títulos, de caráter classificatório. Na sexta etapa, será realizado curso de formação para ingresso na carreira da magistratura, com carga horária mínima de 240 horas (dois meses de duração).

De acordo com o cronograma do concurso, o período de vista da avaliação dos títulos e entrega de recursos contra o resultado provisório da avaliação dos títulos (on-line) tem datas prováveis de divulgação nos dias 30 de setembro e 1º de outubro.

Fórum de São Luís faz mutirão de reconhecimento de paternidade nesta sexta (26)

A 2ª Vara da Família de São Luís realiza nesta sexta-feira (26), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), mais uma edição do projeto "Reconhecer é Amar!". As audiências de reconhecimento de paternidade ocorrem das 8h30 às 14h45 e serão presididas pelo juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, titular da unidade. Participam também a promotora de justiça Sarah Albuquerque e o defensor público Luiz Armando de Menezes. Para amanhã, estão agendadas 14 audiências de conciliação.

Durante o mutirão, os pais podem fazer o reconhecimento voluntário da paternidade, ou serem submetidos ao exame de DNA, no Laboratório Forense de Biologia Molecular, que funciona no próprio fórum, com atendimento 100% gratuito, não vendo necessidade de um processo judicial.

Caminhada na Litorânea encerra Semana de Doação de Órgãos

26/09/2014

Uma caminhada marcada para as 16h30 deste sábado marca o encerramento da Semana Nacional de Doação de Órgãos, iniciativa do Ministério da Justiça que no Maranhão contou com a coordenação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). A concentração vai acontecer a partir das 15h30, na Praça do Pescador da Avenida Litorânea (Praia de São Marcos).

A semana contou com uma programação cheia de atividades em avenidas, universidades e shoppings da capital. Assim como a Corregedoria da Justiça, diversas instituições manifestaram apoio às ações. A enfermeira Mara Moreira, da Central de Doação do Maranhão, disse que a ação foi muito positiva e bem recebida pelas pessoas no Estado e espera encerrar com sucesso as atividades da mobilização.

Apesar do Brasil possuir o maior programa público de transplante do mundo, 28 mil pessoas ainda esperam na fila um doador. A demora na fila é explicada, em parte, pela falta de informação ou mesmo pela ausência de infraestrutura em alguns lugares, o que dificulta a captação, o transporte e o procedimento de transplante. Outros dados comprovam essa desinformação, quatro em cada dez brasileiros não autorizam a doação de seus órgãos após a morte.

No ano 2000 foi criado um Registro Nacional de Doadores, que tem a finalidade de cadastrar, em todo Brasil, pessoas interessadas em fazer a doação de seus órgãos após a morte. Convém lembrar que o doador recebe especial atenção por parte das equipes de saúde, tal como a própria realização do procedimento e o acompanhamento pós-transplante, o que inclui a manutenção de cuidados médicos e, ainda, o fornecimento de medicamentos.

Maranhão - O Estado iniciou os serviços de transplantes no ano de 2000, quando criou a Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, que é vinculada ao HUUFMA. Desde sua implantação, já foram realizados mais de mil transplantes de córneas e 430 de rins. Atualmente, a fila de espera no Estado é de 697 pessoas para o procedimento de córnea e outras 120 que esperam por um rim.

Segundo informações da Central, o número de transplantes no Estado ainda é pequeno devido a falta de informação da sociedade, assim como mitos e crenças relacionadas ao processo de doação. Como medida de ampliar a atuação, em 2013 o HAUUFMA credenciou o Hospital Santa Mônica, que está sediado em Imperatriz e atende a Região Sul do Maranhão, Região Norte de Tocantins e Sul do Pará.

Os interessados em obter mais informações sobre transplantes no Maranhão podem ligar para a Central de Transplantes (98) 2109-1212 ou Banco de Olhos (98) 2109-1010.

Fórum de Santa Helena terá atendimento suspenso no próximo dia 30 Decisão do juiz acompanha norma municipal

O Fórum da Comarca de Santa Helena não terá expediente na próxima terça-feira, dia 30. O motivo da suspensão é o feriado em alusão ao aniversário de fundação do Município. A suspensão é objeto de portaria elaborada pelo juiz titular da Vara Única da comarca, Antônio Agenor Gomes, e acompanha a suspensão de expediente nas repartições públicas municipais.

Na portaria, o magistrado destaca, além da suspensão de expediente na Justiça comum, que os prazos que vencerem nesta data ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente. Antônio Agenor citou a Lei Municipal 16/89, de 29 de setembro de 1989, que trata do feriado em comemoração ao aniversário da cidade.

Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 83 do Código de Divisão e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei do Município.

Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. Conforme estabelece o artigo 7º do mesmo documento, é determinado que nos dias em que não houver expediente forense deverá funcionar o Plantão Judiciário.

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Mantida condenação do município de Parauapebas por imperícia em atendimento médico

26/09/2014

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de 1º Grau que condenou o município de Parauapebas (PA) a arcar com despesas médicas de uma paciente que passou a ter problemas de saúde por imperícia de médico da prefeitura, que dividiu o seu duto hepático.

O Município recorreu contra a decisão do juízo da comarca de Imperatriz, cuja sentença determinou que o Executivo Municipal arcasse com todos os custos de transporte, alimentação, estadia, hospedagem, locomoção, despesas médicas e procedimento cirúrgico.

O Município contestou a condenação, afirmando já ter custeado o tratamento médico, além de ter sido condenado ao pagamento de R\$ 218 mil. Alegou que o paciente induziu a Justiça a erro ao relatar que em decorrência da lesão ocorrida em 2011, necessitaria de novo tratamento médico.

Segundo o ente municipal, além de tratar-se de outro procedimento, não existem provas da relação com o tratamento anterior. Argumentou também que não há na sentença determinação para o paciente escolher o local do tratamento, tendo o Município o direito de verificar o local onde poderia ser feito o atendimento médico.

VOTO - O relator do processo, desembargador Cleones Cunha afirmou que a decisão transitada em julgado deixou clara a obrigação do ente municipal em arcar com todo o tratamento médico até a total convalescência da vítima, sem limitar tempo ou restringir o local dos procedimentos.

Em seu voto, o magistrado citou jurisprudência com o entendimento de que o médico deve indicar o local e a forma de tratamento, e não a Prefeitura ou o plano de saúde como aquele Município. Observou também não ser razoável obrigar o paciente a corrigir sequelas com profissionais do mesmo quadro do Executivo Municipal.

Em manhã de autógrafo, Lourival Serejo apresenta Novos Diálogos do Direito da Família

26/09/2014

Em manhã de autógrafos, que reuniu magistrados, amigos, leitores e familiares, na Livraria do Advogado (Fórum de São Luís), o desembargador, Lourival Serejo (TJMA) apresentou, nesta sexta-feira (26), “Novos diálogos do Direito da Família” - sua mais recente obra.

No livro, Serejo analisa de forma crítica o concubinato, direito dos avós, parentesco socioafetivo, alimentos, investigação de paternidade, refletindo sobre a evolução da sociedade, os sentimentos humanos, a alteridade e a nova face das relações familiares.

A publicação traz a íntegra de acórdão lavrado pelo magistrado, em decisão inédita da Justiça do Maranhão, reconhecendo como união estável um relacionamento paralelo ao casamento, com repercussão em todo o país. Na última parte da obra, estão crônicas publicadas pelo autor que refletem as atualidades e o cotidiano a respeito das famílias, em variadas modalidades, e até mesmo no campo literário.

“Além de divulgar o Direito de Família, quero avaliar os desafios que nós, como julgadores, enfrentamos diante das inovações que essa área do direito nos apresenta. É uma resposta aos anseios da sociedade sobre um tema que evolui cada vez mais”, descreveu Serejo, que também é membro da Academia Maranhense de Letras e do (IBDFAM/MA).

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, prestigiou o colega e disse que o livro faz uma compilação de elementos esclarecedores sobre Direito de Família. “É um livro realmente enriquecedor. Nele, doutrina, direito de família concreto e crônicas da família contemporânea se interrelacionam com clareza”, avaliou.

Para o desembargador Cleones Cunha, o sucesso da produção literária de Lourival Serejo é explicado por ser o autor “um homem de família exemplar”. “Dessa harmonia familiar é gerada toda a atividade, tanto judicial, como literária dele”, comparou.

Também estavam presentes na manhã de autógrafos, os desembargadores Nelma Sarney (corregedora-geral da Justiça), Kléber Carvalho e Angela Salazar, além de advogados, assessores e servidores do Judiciário.

Lourival Serejo é autor de: “Contribuições ao estudo do Direito”; “Direito Constitucional da Família”; “Provas ilícitas no Direito de Família”; “A família partida ao meio”; “Formação do Juiz: anotações de uma experiência” e “Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional”.

Desembargador Jorge Rachid é o plantonista do TJMA até domingo

O desembargador Jorge Rachid responde pelo plantão de 2º grau até domingo (28). Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Thaís Bitencourt Fróz e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTÃO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Campanha recebe toalhas e lençóis para crianças

26/09/2014

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou a campanha “Aconchegue uma Criança”, com o objetivo de arrecadar donativo para e meninas e meninos assistidos pela “Casa da Criança Menino Jesus”.

Segundo a coordenadora da instituição, Lucileide Ribeiro Dias, podem ser doados lençóis de cama (solteiro) e toalhas de banho - ambos na cor branca. O material será utilizados na assistência às crianças com idade de zero a 3 anos, que estão sob a guarda da Justiça.

As doações podem ser entregues durante todo o mês de outubro no Cerimonial da presidência do Tribunal de Justiça (Palácio da Justiça, s/nº.Praça Pedro II. Centro.), de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

PROJETO - A Casa da Criança integra um conjunto de projetos especiais da Justiça estadual. Foi fundada em dezembro de 1997 e desde então, acolhe e presta assistência a crianças em situação de risco.

A instituição tem capacidade para abrigar até 30 crianças e possui estrutura semelhante ao de um ambiente familiar, com berçário, sala para fisioterapia, lazer e alimentação. As crianças assistidas ficam aos cuidados de uma equipe formada por monitores e profissionais das áreas de pediatria, nutrição, psicologia, enfermagem, assistência social.

País fazem exame de DNA no Fórum de São Luís para reconhecimento de paternidade

26/09/2014

Um aposentado de 79 anos veio do interior do Maranhão para participar de uma audiência de reconhecimento de paternidade com um suposto filho de 25 anos. A sessão aconteceu na manhã desta sexta-feira (26) na 2ª Vara da Família de São Luís, como parte do Programa Reconhecer é Amar, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Alegando ter dúvidas sobre a paternidade, o suposto pai quis se submeter ao exame de DNA, realizado logo após a audiência, no Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O teste foi gratuito e o resultado sai em até 30 dias. Se for positivo, o aposentado terá que fazer o reconhecimento.

“Tive um relacionamento com a mãe dele há muitos anos e não tenho certeza dessa paternidade, por isso pedi o exame de DNA. Se realmente ele for meu filho, vou assumir minha responsabilidade”, disse o aposentado que é casado e tem outros três filhos. O idoso conta que o rapaz chegou a procurá-lo outras vezes, mas o aposentado nunca manifestou o interesse em reconhecer a paternidade.

Um pedido de criança- Após várias conversas com o suposto pai de seu filho para que ele fizesse o reconhecimento voluntário da paternidade, uma vendedora, a pedido de seu filho de apenas 9 anos, decidiu procurar o posto do Reconhecer é Amar e indicar a paternidade.

Nesta sexta-feira (26), o suposto pai, mãe e filho compareceram à 2ª Vara da Família para a audiência e, como não houve o reconhecimento voluntário, submeteram-se ao exame de DNA. Com um largo sorriso, o menino contou estar feliz por encontrar pela primeira vez com aquele que pode ser seu pai. “Todos os meus amigos da escola tem pai; eu também quero ter o meu”, disse com muita esperança.

A mãe do garoto soube do projeto por meio de uma reportagem de televisão. “Como meu filho passou a me cobrar que queria conhecer o pai dele, resolvi pedir o reconhecimento da paternidade na Justiça”, contou a vendedora.

Avaliação- O juiz titular da 2ª Vara da Família, Lucas da Costa Ribeiro Neto avaliou como positiva a realização de mais um mutirão e disse que o reconhecimento da paternidade é um ato de amor e a integração da família. “Os filhos precisam ter referência dos pais, dos seus avós paternos”, afirmou.

O magistrado também destacou a importância social do “Reconhecer é Amar!”, criado em julho de 2012 e que já realizou 325 indicações e 445 reconhecimentos de paternidade até agosto deste ano. Das 14 audiências agendadas para o mutirão desta sexta-feira (26), apenas uma não ocorreu porque o suposto pai mora em outro estado e não compareceu à audiência. Em todos os outros casos, os pais pediriam o exame de DNA.

A promotora de justiça Sarah Albuquerque, que realizou as audiências desta sexta-feira (26), junto com o juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, afirmou que o projeto Reconhecer é Amar garante o direito de toda pessoa de ter em sua certidão de nascimento o nome do pai.

Ela explicou que nessas audiências o juiz e o representante do Ministério Público propõem não só o reconhecimento da paternidade, mas também o acordo de alimentos, que começa a ter efeito logo após o resultado do exame de DNA, caso o teste seja positivo. A promotora ainda esclareceu que não havendo acordo, a mãe pode buscar a Defensoria Pública para ingressar com uma ação de alimentos, para que o pai pague a pensão alimentícia ao filho.

Como fazer - O “Reconhecer é Amar!” é um programa realizado de forma permanente em São Luís e nas comarcas do interior do Estado. Na capital, para fazer o reconhecimento ou indicar a paternidade, os interessados devem procurar o posto do projeto, no 5º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, onde o pai preencherá o Termo de Reconhecimento de Paternidade. Nos casos em que a indicação for feita pela mãe, esta deverá apresentar a documentação do filho e a indicação do suposto pai da criança. Os filhos maiores de 18 anos também podem indicar sua paternidade.

A partir do preenchimento do Termo de Indicação de Paternidade, com todas as informações necessárias, é marcada uma nova data para que o pai compareça à Vara da Família, onde fará o reconhecimento, que pode ser voluntário, caso tenha certeza, ou por meio do exame de DNA, se houver dúvidas.

Advogados e partes podem solicitar antecipação de audiência na 3ª Vara Cível de Imperatriz

26/09/2014

Um comunicado emitido pelo juiz Ribamar Serra, titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (localizada a 665km da capital maranhense), convoca partes e advogados que tenham processo tramitando na unidade para que se manifestem sobre o interesse em antecipar o julgamento de ações. A medida foi adotada em virtude da unidade encontrar-se com suas atividades judiciais saneadas.

“Informo que a 3ª Vara Cível encontra-se com as atividades jurisdicionais em dias no que diz respeito ao julgamento de processos, o que ensejou convocarmos partes e advogados por meio da subseção da OAB local, para que estes indicassem processos no estado de julgamento”, explicou o juiz.

De acordo com informações obtidas na Divisão de Estatística da Corregedoria da Justiça, em 2014 a 3ª Vara Cível ultrapassou a Meta 01 do Judiciário brasileiro, alcançando um índice de 102,1%. Em números, isso reflete um quantitativo de 761 processos julgados frente a uma demanda de 750 novos processos recebidos.

O ofício com a informação foi encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Imperatriz (MA). No documento Ribamar Serra destaca que a medida vale para os processos que se encontram prontos para julgamento de mérito, considerando não haver processos nessas condições na 3ª Vara. Após indicação, os processos seguem para manifestação do juiz, momento em que será agendada a audiência.

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, recebeu bem a notícia e elogiou o trabalho do juiz, assim como de toda magistratura maranhense. “A sociedade espera em nós juízes e o que vemos em todo o Estado é um quadro de magistrados comprometidos em garantir os direitos do cidadão. Não tenho dúvidas que estamos avançando positivamente para garantir a paz social graças aos esforços de nossos juízes”, afirmou.

A medida adotada pelo magistrado visa a assegurar o princípio da eficiência na administração pública, assim como concretizar o dispositivo constitucional expresso no Artigo 5º, LXXVIII: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Tribunal maranhense adota PJe nos juizadps cíveis de São Luís

26/09/2014 - 15h22

Desde quarta-feira (24/9), a tramitação de feitos, a prática de atos processuais e sua representação nos 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de São Luís estão sendo realizadas por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe). A nova ferramenta estará disponível em 36 unidades da justiça especial (juizados e turmas recursais) até 24 de novembro. O sistema já funciona no Juizado da Fazenda Pública desde outubro de 2013.

O coordenador-geral do Comitê de Implantação, juiz Roberto Abreu, disse que a medida representa um marco no processo de expansão do PJe no estado. "Hoje é o dia D para o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico nos Juizados Cíveis da capital", afirmou o magistrado, durante a ativação do sistema no 1º Juizado Especial. Na ativação do sistema, a juíza auxiliar Lúcia Helena Heluy, responsável pelo 1º Juizado Especial Cível, disse que é necessário o empenho de todos os magistrados nesse momento de adaptação ao PJe a fim de garantir a melhoria da prestação jurisdicional.

PJe - O PJe é um sistema desenvolvido para a automação do Judiciário. O objetivo principal é manter um sistema capaz de permitir a prática integrada de atos processuais, assim como o acompanhamento dos processos, independentemente de tramitar nas justiças Federal, Estadual, Militar ou do Trabalho. Em nível nacional, ele é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atualmente é o maior projeto do Poder Judiciário na área da automação.

Base legal - O cronograma de implantação foi definido pela Portaria nº 525/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, conforme estabelece a Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, explicou que os juizados são os primeiros a receber o PJe porque já funcionam com a plataforma eletrônica do Projudi, que já utiliza o meio eletrônico nos processos judiciais. "Os juízes e servidores desses órgãos já tem conhecimento de como trabalhar em processos eletrônicos, e isso facilita a implantação do novo sistema", disse.

O PJe está sendo implantado com o apoio tecnológico da Diretoria de Informática do TJMA, que concluirá a instalação nos demais órgãos de 1º e 2º graus até dezembro de 2017. Segundo o diretor de Informática, Jorge Henrique Oliveira, a meta é atingir 10% das unidades judiciárias nessa primeira fase do cronograma de implantação. "Enquanto não for efetivada a migração dos dados e conteúdo dos processos originados pelo Projudi, o peticionamento eletrônico continuará sendo realizado pelo antigo sistema", orientou o diretor, que acompanha a instalação em todas unidades. Segundo Oliveira, a transferência integral do conteúdo dos autos (processos) digitais para o novo sistema depende de aplicação informatizada, testada e homologada por parte do CNJ.

Protocolo - Com a mudança, o protocolo eletrônico dos novos processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís passa a ser feito no ambiente do PJe.

Prefeitura e Corregedoria assinam plano de regularização fundiária

Parceria possibilitará celeridade às ações do Município através do programa "Minha Casa Legal"?

A Prefeitura de São Luís assinou nesta quinta-feira (25) um termo de cooperação com a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, a 1ª Vara da Fazenda Pública e o 8º Tabelionato de Notas de São Luís para regularização fundiária na capital. O evento realizado na Assembléia Legislativa, no Sítio do Rangedor, contou com o apoio dos cartórios da região metropolitana, bem como de várias comunidades.

O processo de regularização fundiária foi iniciado no primeiro ano de gestão do prefeito Edivaldo através do programa "Minha Casa Legal" executado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh). Com a formalização da parceria desta quinta-feira, serão viabilizadas melhorias ao programa como a participação ativa das associações comunitárias no processo de regularização.

"Com a parceria que estamos firmando hoje, o tempo que levávamos para fazer um título, poderemos fazer mais de dez. A força que confere o Poder Judiciário, com segurança jurídica, irá viabilizar melhorias para execução do programa", afirmou o titular da Semurh, Diogo Lima. Ele lembrou que através do "Minha Casa Legal", a Prefeitura vem lutando contra o déficit habitacional em São Luís.

O secretário destacou que com o termo de parceria será possível formar uma comissão interinstitucional que, conjuntamente com o Município, aprovará os projetos de regularização fundiária. Outro benefício é a regularização das sesmarias, que será viabilizada por meio da regularização fundiária de interesse específico.

De acordo com a corregedora de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a parceria com o Município é extremamente importante para a regularização fundiária na capital. "O título definitivo dará acesso a serviços que hoje essas pessoas não possuem, como empréstimo para reforma e a possibilidade de realizar financiamento", garantiu a desembargadora.

MINHA CASA LEGAL

O programa "Minha Casa Legal", da Prefeitura de São Luís, tem como objetivo ceder propriedade ou domínio útil aos cidadãos que moram em uma ocupação que se consolidou de maneira irregular em áreas que pertencem ao Município ou que parte seja do Município e parte da União. O programa já contemplou mais de 1,4 mil famílias nos bairros Coroadinho, Vila Nova, Mauro Fecury I e II.

Caminhada na Litorânea encerra Semana de Doação de Órgãos

Uma caminhada marcada para as 16h30 deste sábado marca o encerramento da Semana Nacional de Doação de Órgãos, iniciativa do Ministério da Justiça que no Maranhão contou com a coordenação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). A concentração vai acontecer a partir das 15h30, na Praça do Pescador da Avenida Litorânea (Praia de São Marcos).

A semana contou com uma programação cheia de atividades em avenidas, universidades e shoppings da capital. Assim como a Corregedoria da Justiça, diversas instituições manifestaram apoio às ações. A enfermeira Mara Moreira, da Central de Doação do Maranhão, disse que a ação foi muito positiva e bem recebida pelas pessoas no Estado e espera encerrar com sucesso as atividades da mobilização.

Apesar do Brasil possuir o maior programa público de transplante do mundo, 28 mil pessoas ainda esperam na fila um doador. A demora na fila é explicada, em parte, pela falta de informação ou mesmo pela ausência de infraestrutura em alguns lugares, o que dificulta a captação, o transporte e o procedimento de transplante. Outros dados comprovam essa desinformação, quatro em cada dez brasileiros não autorizam a doação de seus órgãos após a morte.

No ano 2000 foi criado um Registro Nacional de Doadores, que tem a finalidade de cadastrar, em todo Brasil, pessoas interessadas em fazer a doação de seus órgãos após a morte. Convém lembrar que o doador recebe especial atenção por parte das equipes de saúde, tal como a própria realização do procedimento e o acompanhamento pós-transplante, o que inclui a manutenção de cuidados médicos e, ainda, o fornecimento de medicamentos.

Maranhão - O Estado iniciou os serviços de transplantes no ano de 2000, quando criou a Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, que é vinculada ao HUUFMA. Desde sua implantação, já foram realizados mais de mil transplantes de córneas e 430 de rins. Atualmente, a fila de espera no Estado é de 697 pessoas para o procedimento de córnea e outras 120 que esperam por um rim.

Segundo informações da Central, o número de transplantes no Estado ainda é pequeno devido a falta de informação da sociedade, assim como mitos e crenças relacionadas ao processo de doação. Como medida de ampliar a atuação, em 2013 o HAUUFMA credenciou o Hospital Santa Mônica, que está sediado em Imperatriz e atende a Região Sul do Maranhão, Região Norte de Tocantins e Sul do Pará.

Os interessados em obter mais informações sobre transplantes no Maranhão podem ligar para a Central de Transplantes (98) 2109-1212 ou Banco de Olhos (98) 2109-1010.

Comunitários conhecem plano de regularização de terrenos de São Luís

A CORREGEDORA NELMA SARNEY COORDENOU OS TRABALHOS

Cerca de 200 lideranças comunitárias compareceram na reunião de lançamento do Projeto de Regularização Fundiária do Município de São Luís promovida pela Corregedoria da Justiça do Maranhão e Secretaria de Habitação do Município. O encontro aconteceu na manhã desta quinta (25), no auditório Fernando Falcão da Assembleia Legislativa, e contou com a presença de juízes e cartorários da região metropolitana.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, afirmou que o projeto se insere dentro de uma dinâmica social que não tem volta e que congrega instituições parceiras com competência para solucionar a problemática da falta de regularização fundiária. Precisamos avançar na garantia de um direito que é constitucional, que é a moradia. Temos 330 mil domicílios em ocupação irregular em São Luís e, com o projeto, muitas dessas pessoas poderão chamar de seus esses terrenos, pois terão o título de propriedade, ratificou.

O projeto prevê a regularização de áreas em que a posse já está consolidada, conforme explicou o secretário de Habitação Diogo Lima. Vamos atuar junta a comunidades que já estão consolidadas e que a posse já ocorre há pelo menos dez anos, disse. Em relação a outras áreas onde exista interesse de regularização, ele explicou que cada caso será analisado com base em critérios legais e que o título de propriedade será dado de forma gratuita.

Base na Lei A juíza Oriana Gomes pediu a colaboração dos comunitários na condução do trabalho de cadastramento que será realizado. Ela afirmou que o projeto é voltado para áreas ocupadas passíveis de regularização e que não contempla terrenos em que as ocupações estejam sendo feitas de em áreas proibidas por lei e nem aquelas que ofereçam riscos para os ocupantes, como área de preservação ambiental e áreas de encosta.

Inicialmente o projeto contempla terrenos sob jurisdição do Executivo municipal, mas pretende se estender para áreas do Estado e da União. Para o superintendente de Patrimônio da União, Jorge Luis Pinto, somente com integração é possível vencer o problema da falta de organização no uso do solo em São Luís. Quando andamos nos bairros da capital fica evidente a falta de regularização e de organização, daí a necessidade de atuarmos em conjunto para eliminar esse problema de nossa cidade, pontuou.

Cooperação Durante o encontro, foi assinado um termo de cooperação para formação de um comitê que conduzirá o processo de regulamentação. Assinaram o documento a corregedora Nelma Sarney, o secretário Diogo Lima, a juíza Luzia Neponuceno (1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís), a presidente do Colégio Notarial do Maranhão, Evelise Crespo; e a juíza Oriana Gomes.

O termo de cooperação recebeu, ainda no encontro, a adesão da Superintendência de Patrimônio da União, da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (Anoreg), do Instituto de Registro de Imóveis do Brasil (IRIB) e do Sindicato dos Notários e Registradores do Maranhão.

A cooperação tem a finalidade de viabilizar as condições necessárias para realização da regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em São Luís, com observância às normas de uso

e ocupação do solo e edificação, normas especiais e legislação ambiental vigente. A juíza Oriana Gomes não descartou a possibilidade de já na primeira etapa o projeto se estender aos demais municípios da Ilha de São Luís (São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar).

Estiveram presentes no lançamento do projeto os juízes corregedores Tyrone Silva, José Américo e Francisca Galiza; o assessor jurídico da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Victor Mendes Pinheiro.

Caminhada na Litorânea encerra Semana de Doação de Órgãos

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

Uma caminhada marcada para as 16h30 deste sábado marca o encerramento da Semana Nacional de Doação de Órgãos, iniciativa do Ministério da Justiça que no Maranhão contou com a coordenação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). A concentração vai acontecer a partir das 15h30, na Praça do Pescador da Avenida Litorânea (Praia de São Marcos).

A semana contou com uma programação cheia de atividades em avenidas, universidades e shoppings da capital. Assim como a Corregedoria da Justiça, diversas instituições manifestaram apoio às ações. A enfermeira Mara Moreira, da Central de Doação do Maranhão, disse que a ação foi muito positiva e bem recebida pelas pessoas no Estado e espera encerrar com sucesso as atividades da mobilização.

Apesar do Brasil possuir o maior programa público de transplante do mundo, 28 mil pessoas ainda esperam na fila um doador. A demora na fila é explicada, em parte, pela falta de informação ou mesmo pela ausência de infraestrutura em alguns lugares, o que dificulta a captação, o transporte e o procedimento de transplante. Outros dados comprovam essa desinformação, quatro em cada dez brasileiros não autorizam a doação de seus órgãos após a morte.

No ano 2000 foi criado um Registro Nacional de Doadores, que tem a finalidade de cadastrar, em todo Brasil, pessoas interessadas em fazer a doação de seus órgãos após a morte. Convém lembrar que o doador recebe especial atenção por parte das equipes de saúde, tal como a própria realização do procedimento e o acompanhamento pós-transplante, o que inclui a manutenção de cuidados médicos e, ainda, o fornecimento de medicamentos.

Maranhão O Estado iniciou os serviços de transplantes no ano de 2000, quando criou a Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, que é vinculada ao HUUFMA. Desde sua implantação, já foram realizados mais de mil transplantes de córneas e 430 de rins. Atualmente, a fila de espera no Estado é de 697 pessoas para o procedimento de córnea e outras 120 que esperam por um rim.

Segundo informações da Central, o número de transplantes no Estado ainda é pequeno devido a falta de informação da sociedade, assim como mitos e crenças relacionadas ao processo de doação. Como medida de ampliar a atuação, em 2013 o HAUUFMA credenciou o Hospital Santa Mônica, que está sediado em Imperatriz e atende a Região Sul do Maranhão, Região Norte de Tocantins e Sul do Pará.

Os interessados em obter mais informações sobre transplantes no Maranhão podem ligar para a Central de Transplantes (98) 2109-1212 ou Banco de Olhos (98) 2109-1010.

Fórum de Santa Helena terá atendimento suspenso no próximo dia 30

O Fórum da Comarca de Santa Helena não terá expediente na próxima terça-feira, dia 30. O motivo da suspensão é o feriado em alusão ao aniversário de fundação do Município. A suspensão é objeto de portaria elaborada pelo juiz titular da Vara Única da comarca, Antônio Agenor Gomes, e acompanha a suspensão de expediente nas repartições públicas municipais.

Na portaria, o magistrado destaca, além da suspensão de expediente na Justiça comum, que os prazos que vencerem nesta data ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente. Antônio Agenor citou a Lei Municipal 16/89, de 29 de setembro de 1989, que trata do feriado em comemoração ao aniversário da cidade.

Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 83 do Código de Divisão e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei do Município.

Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. Conforme estabelece o artigo 7º do mesmo documento, é determinado que nos dias em que não houver expediente forense deverá funcionar o Plantão Judiciário.

Mantida condenação do município de Parauapebas por imperícia em atendimento médico

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

O desembargador Cleones Cunha foi relator do processo (Foto:Ribamar Pinheiro)

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de 1º Grau que condenou o município de Parauapebas (PA) a arcar com despesas médicas de uma paciente que passou a ter problemas de saúde por imperícia de médico da prefeitura, que dividiu o seu duto hepático.

O Município recorreu contra a decisão do juízo da comarca de Imperatriz, cuja sentença determinou que o Executivo Municipal arcasse com todos os custos de transporte, alimentação, estadia, hospedagem, locomoção, despesas médicas e procedimento cirúrgico.

O Município contestou a condenação, afirmando já ter custeado o tratamento médico, além de ter sido condenado ao pagamento de R\$ 218 mil. Alegou que o paciente induziu a Justiça a erro ao relatar que em decorrência da lesão ocorrida em 2011, necessitaria de novo tratamento médico.

Segundo o ente municipal, além de tratar-se de outro procedimento, não existem provas da relação com o tratamento anterior. Argumentou também que não há na sentença determinação para o paciente escolher o local do tratamento, tendo o Município o direito de verificar o local onde poderia ser feito o atendimento médico.

VOTO O relator do processo, desembargador Cleones Cunha afirmou que a decisão transitada em julgado deixou clara a obrigação do ente municipal em arcar com todo o tratamento médico até a total convalescência da vítima, sem limitar tempo ou restringir o local dos procedimentos.

Em seu voto, o magistrado citou jurisprudência com o entendimento de que o médico deve indicar o local e a forma de tratamento, e não a Prefeitura ou o plano de saúde como aquele Município. Observou também não ser razoável obrigar o paciente a corrigir sequelas com profissionais do mesmo quadro do Executivo Municipal.

Em manhã de autógrafo, Lourival Serejo apresenta Novos Diálogos do Direito da Família

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

O evento ocorreu no Fórum de São Luís (Foto:Ribamar Pinheiro)

Em manhã de autógrafos, que reuniu magistrados, amigos, leitores e familiares, na Livraria do Advogado (Fórum de São Luís), o desembargador, Lourival Serejo (TJMA) apresentou, nesta sexta-feira (26), Novos diálogos do Direito da Família sua mais recente obra.

No livro, Serejo analisa de forma crítica o concubinato, direito dos avós, parentesco socioafetivo, alimentos, investigação de paternidade, refletindo sobre a evolução da sociedade, os sentimentos humanos, a alteridade e a nova face das relações familiares.

A publicação traz a íntegra de acórdão lavrado pelo magistrado, em decisão inédita da Justiça do Maranhão, reconhecendo como união estável um relacionamento paralelo ao casamento, com repercussão em todo o país. Na última parte da obra, estão crônicas publicadas pelo autor que refletem as atualidades e o cotidiano a respeito das famílias, em variadas modalidades, e até mesmo no campo literário.

Além de divulgar o Direito de Família, quero avaliar os desafios que nós, como julgadores, enfrentamos diante das inovações que essa área do direito nos apresenta. É uma resposta aos anseios da sociedade sobre um tema que evolui cada vez mais, descreveu Serejo, que também é membro da Academia Maranhense de Letras e do (IBDFAM/MA).

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, prestigiou o colega e disse que o livro faz uma compilação de elementos esclarecedores sobre Direito de Família. É um livro realmente enriquecedor. Nele, doutrina, direito de família concreto e crônicas da família contemporânea se interrelacionam com clareza, avaliou.

Para o desembargador Cleones Cunha, o sucesso da produção literária de Lourival Serejo é explicado por ser o autor um homem de família exemplar. Dessa harmonia familiar é gerada toda a atividade, tanto judicial, como literária dele, comparou.

Também estavam presentes na manhã de autógrafos, os desembargadores Nelma Sarney (corregedora-geral da Justiça), Kléber Carvalho, além de advogados, assessores e servidores do Judiciário.

Lourival Serejo é autor de: Contribuições ao estudo do Direito; Direito Constitucional da Família; Provas ilícitas no Direito de Família; A família partida ao meio; Formação do Juiz: anotações de uma experiência e Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional.

Desembargador Jorge Rachid é o plantonista do TJMA até domingo

O desembargador Jorge Rachid é o plantonista do TJMA (Foto:Ribamar Pinheiro)

O desembargador Jorge Rachid responde pelo plantão de 2º grau até domingo (28). Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Thaís Bitencourt Fróz e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTAO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados inclusive os de ponto facultativo entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Campanha recebe toalhas e lençóis para crianças

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou a campanha Aconchegue uma Criança, com o objetivo de arrecadar donativo para e meninas e meninos assistidos pela Casa da Criança Menino Jesus.

Segundo a coordenadora da instituição, Lucileide Ribeiro Dias, podem ser doados lençóis de cama (solteiro) e toalhas de banho ambos na cor branca. O material será utilizados na assistência às crianças com idade de zero a 3 anos, que estão sob a guarda da Justiça.

As doações podem ser entregues durante todo o mês de outubro no Cerimonial da presidência do Tribunal de Justiça (Palácio da Justiça, s/nº.Praça Pedro II. Centro.), de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

PROJETO - A Casa da Criança integra um conjunto de projetos especiais da Justiça estadual. Foi fundada em dezembro de 1997 e desde então, acolhe e presta assistência a crianças em situação de risco.

A instituição tem capacidade para abrigar até 30 crianças e possui estrutura semelhante ao de um ambiente familiar, com berçário, sala para fisioterapia, lazer e alimentação. As crianças assistidas ficam aos cuidados de uma equipe formada por monitores e profissionais das áreas de pediatria, nutrição, psicologia, enfermagem, assistência social.

Pais fazem exame de DNA no Fórum de São Luís para reconhecimento de paternidade

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

Audiência do Programa Reconhecer é Amar

Um aposentado de 79 anos veio do interior do Maranhão para participar de uma audiência de reconhecimento de paternidade com um suposto filho de 25 anos. A sessão aconteceu na manhã desta sexta-feira (26) na 2ª Vara da Família de São Luís, como parte do Programa Reconhecer é Amar, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Alegando ter dúvidas sobre a paternidade, o suposto pai quis se submeter ao exame de DNA, realizado logo após a audiência, no Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O teste foi gratuito e o resultado sai em até 30 dias. Se for positivo, o aposentado terá que fazer o reconhecimento.

Tive um relacionamento com a mãe dele há muitos anos e não tenho certeza dessa paternidade, por isso pedi o exame de DNA. Se realmente ele for meu filho, vou assumir minha responsabilidade, disse o aposentado que é casado e tem outros três filhos. O idoso conta que o rapaz chegou a procurá-lo outras vezes, mas o aposentado nunca manifestou o interesse em reconhecer a paternidade.

Um pedido de criança Após várias conversas com o suposto pai de seu filho para que ele fizesse o reconhecimento voluntário da paternidade, uma vendedora, a pedido de seu filho de apenas 9 anos, decidiu procurar o posto do Reconhecer é Amar e indicar a paternidade.

Nesta sexta-feira (26), o suposto pai, mãe e filho compareceram à 2ª Vara da Família para a audiência e, como não houve o reconhecimento voluntário, submeteram-se ao exame de DNA. Com um largo sorriso, o menino contou estar feliz por encontrar pela primeira vez com aquele que pode ser seu pai. Todos os meus amigos da escola tem pai; eu também quero ter o meu, disse com muita esperança.

A mãe do garoto soube do projeto por meio de uma reportagem de televisão. Como meu filho passou a me cobrar que queria conhecer o pai dele, resolvi pedir o reconhecimento da paternidade na Justiça, contou a vendedora.

Avaliação O juiz titular da 2ª Vara da Família, Lucas da Costa Ribeiro Neto avaliou como positiva a realização de mais um mutirão e disse que o reconhecimento da paternidade é um ato de amor e a integração da família. Os filhos precisam ter referência dos pais, dos seus avós paternos, afirmou.

O magistrado também destacou a importância social do Reconhecer é Amar!, criado em julho de 2012 e que já realizou 325 indicações e 445 reconhecimentos de paternidade até agosto deste ano. Das 14 audiências agendadas para o mutirão desta sexta-feira (26), apenas uma não ocorreu porque o suposto pai mora em outro estado e não compareceu à audiência. Em todos os outros casos, os pais pediriam o exame de DNA.

A promotora de justiça Sarah Albuquerque, que realizou as audiências desta sexta-feira (26), junto com o juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, afirmou que o projeto Reconhecer é Amar garante o direito de toda pessoa de ter em sua certidão de nascimento o nome do pai.

Ela explicou que nessas audiências o juiz e o representante do Ministério Público propõem não só o reconhecimento da paternidade, mas também o acordo de alimentos, que começa a ter efeito logo após o resultado do exame de DNA, caso o teste seja positivo. A promotora ainda esclareceu que não havendo acordo, a mãe pode buscar a Defensoria Pública para ingressar com uma ação de alimentos, para que o pai pague a pensão alimentícia ao filho.

Como fazer O Reconhecer é Amar! é um programa realizado de forma permanente em São Luís e nas comarcas do interior do Estado. Na capital, para fazer o reconhecimento ou indicar a paternidade, os interessados devem procurar o posto do projeto, no 5º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, onde o pai preencherá o Termo de Reconhecimento de Paternidade. Nos casos em que a indicação for feita pela mãe, esta deverá apresentar a documentação do filho e a indicação do suposto pai da criança. Os filhos maiores de 18 anos também podem indicar sua paternidade.

A partir do preenchimento do Termo de Indicação de Paternidade, com todas as informações necessárias, é marcada uma nova data para que o pai compareça à Vara da Família, onde fará o reconhecimento, que pode ser voluntário, caso tenha certeza, ou por meio do exame de DNA, se houver dúvidas.

Advogados e partes podem solicitar antecipação de audiência na 3ª Vara Cível de Imperatriz

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Um comunicado emitido pelo juiz Ribamar Serra, titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (localizada a 665km da capital maranhense), convoca partes e advogados que tenham processo tramitando na unidade para que se manifestem sobre o interesse em antecipar o julgamento de ações. A medida foi adotada em virtude da unidade encontrar-se com suas atividades judiciais saneadas.

Informo que a 3ª Vara Cível encontra-se com as atividades jurisdicionais, no que diz respeito a julgamento de processos, em dias, tanto que tivemos dificuldades para cumprirmos a meta 01, o que ensejou convocarmos partes e advogados por meio da subseção da OAB local, para que estes indicassem processos no estado de julgamento, explicou o juiz.

O ofício com a informação foi encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Imperatriz (MA). No documento Ribamar Serra destaca que a medida vale para os processos que se encontram prontos para julgamento de mérito, considerando não haver processos nessas condições na 3ª Vara. Após indicação, os processos seguem para manifestação do juiz, momento em que será agendada a audiência.

A medida adotada pelo magistrado visa a assegurar o princípio da eficiência na administração pública, assim como concretizar o dispositivo constitucional expresso no Artigo 5º, LXXVIII:a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Comunitários conhecem plano de regularização de terrenos de São Luís

Postado em 25 set 2014 - 5:51pm Da Redacao

Cerca de 200 lideranças comunitárias compareceram na reunião de lançamento do Projeto de Regularização Fundiária do Município de São Luís promovida pela Corregedoria da Justiça do Maranhão e Secretaria de Habitação do Município. O encontro aconteceu na manhã desta quinta (25), no auditório Fernando Falcão da Assembleia Legislativa, e contou com a presença de juízes e cartorários da região metropolitana.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, afirmou que o projeto se insere dentro de uma dinâmica social que não tem volta e que congrega instituições parceiras com competência para solucionar a problemática da falta de regularização fundiária. “Precisamos avançar na garantia de e um direito que é constitucional, que é a moradia. Temos 330 domicílios em ocupação irregular em São Luís e, com o projeto, muitas dessas pessoas poderão chamar de seus esses terrenos, pois terão o título de propriedade”, ratificou.

O projeto prevê a regularização de áreas em que a posse já está consolidada, conforme explicou o secretário de Habitação Diogo Lima. “Vamos atuar junta a comunidades que já estão consolidadas e que a posse já ocorre há pelo menos dez anos”, disse. Em relação a outras áreas onde exista interesse de regularização, ele explicou que cada caso será analisado com base em critérios legais e que o título de propriedade será dado de forma gratuita.

Base na Lei - A juíza Oriana Gomes pediu a colaboração dos comunitários na condução do trabalho de cadastramento que será realizado. Ela afirmou que o projeto é voltado para áreas ocupadas passíveis de regularização e que não contempla terrenos em que as ocupações estejam sendo feitas de em áreas proibidas por lei e nem aquelas que ofereçam riscos para os ocupantes, como área de preservação ambiental e áreas de encosta.

Inicialmente o projeto contempla terrenos sob jurisdição do Executivo municipal, mas pretende se estender para áreas do Estado e da União. Para o superintendente de Patrimônio da União, Jorge Luis Pinto, somente com integração é possível vencer o problema da falta de organização no uso do solo em São Luís. “Quando andamos nos bairros da capital fica evidente a falta de regularização e de organização, daí a necessidade de atuarmos em conjunto para eliminar esse problema de nossa cidade”, pontuou.

Cooperação - Durante o encontro, foi assinado um termo de cooperação para formação de um comitê que conduzirá o processo de regulamentação. Assinaram o documento a corregedora Nelma Sarney, o secretário Diogo Lima, a juíza Luzia Neponuceno (1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís), a presidente do Colégio Notarial do Maranhão, Evelise Crespo; e a juíza Oriana Gomes.

O termo de cooperação recebeu, ainda no encontro, a adesão da Superintendência de Patrimônio da União, da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (Anoreg), do Instituto de Registro de Imóveis do Brasil (IRIB) e do Sindicato dos Notários e Registradores do Maranhão.

A cooperação tem a finalidade de viabilizar as condições necessárias para realização da regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em São Luís, com observância às normas de uso e ocupação do solo e edificação, normas especiais e legislação ambiental vigente. A juíza Oriana Gomes não descartou a possibilidade de já na primeira etapa o projeto se estender aos demais municípios da Ilha de São Luís (São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar). A execução do projeto deverá ocorrer com a participação da sociedade civil organizada, que contribuirá no levantamento de informações e cadastramento das áreas.

Estiveram presentes no lançamento do projeto os juízes corregedores Tyrone Silva, José Américo e Francisca Galiza; o assessor jurídico da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Victor Mendes Pinheiro.

De graça! TJMA lança centro de conciliação

Publicado em Maranhão Sexta, 26 Setembro 2014

Com uma solenidade, que vai reunir docentes, discentes, juízes, promotores, desembargadores e outras autoridades ligadas ao Poder Judiciário, o Curso de Direito da UNDB inaugura nesta sexta-feira (26), às 18h, a nova e ampla sede do seu Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), na esquina da Avenida Colares Moreira com a Avenida do Vale, ao lado do Ginásio de Esportes da instituição.

Este será também o endereço da nova sede do 6º Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do MA, que em parceria com o Curso de Direito da UNDB, promove conciliações de conflitos judiciais, prestando um importante auxílio à celeridade da Justiça. “O Núcleo de Prática Jurídica da UNDB oferece apoio jurídico gratuito à população de baixa renda, assessoria jurídica a pequenas empresas, ONG’s e associações com sede em São Luís e Zona Metropolitana, e mediação de conflitos, sob a coordenação do Professor Roberto Oliveira. Trata-se do local que funciona como o coração do curso de direito da Instituição, onde formamos alunos em sintonia com a teoria e a prática do Direito, além de um espaço para a promoção da extensão acadêmica”, declarou a Profa. Dra. Ceres Murad, Diretora Acadêmica da UNDB.

A IMPORTÂNCIA

Vale ressaltar que os meios alternativos de solução de conflitos - a exemplo da conciliação, mediação e arbitragem - tiveram origem nos Estados Unidos na década de 60 e se espalharam pelo mundo. Em países como Portugal e Espanha são amplamente utilizados e no Brasil ganham cada dia mais relevância, pois ajudam a desafogar a Justiça e promovem a maior a celeridade na resolução de acordos entre as partes através da ajuda de um conciliador ou mediador, que com o seu trabalho, evita que se judicialize uma causa sem necessidade, promovendo ainda a construção de uma cultura de pacificação social. Entre os principais tipos de conflitos atendidos por conciliadores destacam-se questões trabalhistas, de família e de defesa do consumidor.

Esta parceria entre UNDB e TJ visa ampliar o atendimento jurisdicional à população e incentivar a solução rápida de conflitos, evitando processos judiciais. Após um curso de preparação ministrado pela Escola Superior da Magistratura do MA (ESMAM), alunos do Curso de Direito da UNDB sob a supervisão de professores, estão aptos a atuar como conciliadores, ajudando diretamente na solução de problemas da comunidade, que poderá resolver conflitos com ação em trâmite ou sem ação judicial. Havendo sucesso na conciliação entre as partes, os acordos firmados são submetidos a um juiz, que os homologará, dando força de sentença aos mesmos e encerrado o conflito.

Este trabalho se dá de forma voluntária, em uma parceria na qual todos ganham.

O TJ que conta com mais um Centro de Conciliação em atividade, o Curso de Direito da UNDB que mantém mais um importante meio de promover a prática entre alunos e a extensão acadêmica, os alunos de direito que aprendem e praticam essa importante atividade e se preparam para chegar ao mercado de trabalho com mais a habilidade de conciliação para defender os interesses de seus futuros clientes em seus próprios escritórios quando possível, e a comunidade em geral, que de forma gratuita, passa a ter seus interesses defendidos e conflitos resolvidos, de forma mais rápida e evitando o desgaste de um processo judicial.

O processo de conciliação nada mais é que a solução mais rápida e eficaz de conflitos entre partes, através do empoderamento do cidadão. Uma forma de acordo que dissemina a cultura de pacificação social, e que contribui para uma sociedade mais justa e harmoniosa.

A Justiça mantém plantão neste fim de semana

Publicado em Maranhão Sexta, 26 Setembro 2014

O desembargador Jorge Rachid responde pelo plantão de 2º grau até domingo (28). Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Thaís Bitencourt Fróz e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Plantão

Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Divulgação:TJMA